



O olhar para a fome no Brasil nos Governos Lula e Bolsonaro

Este texto é parte integrante de um livro que analisa e apresenta dados sobre o desmonte de políticas no Brasil (Cap. 1).

Autoras

Maria Marlene Marques Ávila

Naila Saskia Melo Andrade

Helena Selma Azevedo

Apresentação

Os textos aqui apresentados, compõem um conjunto de reflexões sobre os avanços e retrocessos ocorridos nas políticas sociais no Brasil, nas duas primeiras décadas do séc. XXI. O registro destas reflexões foram motivadas pelo momento político de disputa eleitoral que elegerá o presidente da República para o período 2023-2026, no qual se presencia uma extrema polarização da opinião pública, entre dois candidatos, os quais na verdade, em uma análise imparcial, não representam o novo, dado que já foram mandatários do país. Contudo, um vem de uma gestão que do ponto de vista das políticas sociais, lugar de nossas reflexões, foi desastrosa; o outro, teve duas gestões nas quais foram muitos os avanços neste campo.

Dessa forma, nosso intuito é contribuir para que um maior número de pessoas possíveis, tenham acesso a informações fidedignas sobre como se comportaram os governos de Luis Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro no tocante às políticas de asseguramento dos direitos humanos e sociais. Ressalte-se que ao tratar de tais políticas, o governo central cumpre obrigações assumidas mediante a Constituição Federal de 1988, sendo tal compromisso fundamental para a universalidade dos direitos sociais, como previsto na Constituição Cidadã, e essencial para promover equidade em um país de extrema desigualdade social como o Brasil.

Dado esse intuito, divulgaremos os textos à medida que os mesmos são produzidos, trazendo um apanhado geral sobre as políticas de segurança alimentar e nutricional, aí incluídas as que tratam da produção de alimentos e acesso à terra e às de saúde, além de um texto inicial que aborda como a questão da fome/insegurança alimentar foi tratada nos referidos governos.

Ao final, reuniremos os textos em um volume com potencial para subsidiar conhecimentos e discussões sobre os temas abordados, nos diferentes espaços onde pessoas se debruçam sobre tais questões, e buscam saber mais sobre direitos sociais e formas dos governos brasileiros assegurá-los, ou não.

As autoras formam um coletivo de mulheres que discute estas questões, seja pela atuação como docentes, estudantes, técnicas de programas sociais; seja pelo inconformismo mediante o cenário atual de retrocessos nos direitos

conquistados e compreensão da urgente necessidade de articulação da sociedade brasileira para elaborar e executar políticas estruturantes que promovam equidade e condições de vida digna à população brasileira, com olhar diferenciado para milhões de pessoas vivendo em insegurança alimentar.

Somos um grupo de mulheres inquietas que assumimos uma missão: Compartilhar com a sociedade brasileira a importância que cada um e cada uma de nós tem diante das decisões políticas de nosso país. Os textos que publicaremos em formatos visuais compatíveis com as redes sociais, posteriormente serão reunidos e publicados em formato de livro, por compreendermos que retratam parte importante de nossa história, que precisa ser registrada e preservada.

Nossa inquietação vem do fato que vivemos em uma democracia, que em sua definição mais conhecida, é o governo do povo, pelo povo e para o povo. Contudo, nossa democracia é representativa, e para fazer jus a essa definição, é condição essencial conhecermos nossos candidatos, aqueles em quem votaremos para nos representar, cuja missão principal é fazer o melhor para promover justiça e igualdade social, por meio de políticas públicas e projetos de governo coerentes com essa missão.

Estamos em um momento crucial de nossa história democrática, vários estudiosos definem nossa democracia como jovem, imatura. Portanto, precisamos fortalecê-la, consolidá-la, o caminho para isso passa necessariamente pelas escolhas políticas que faremos em outubro de 2022.

Com as reflexões aqui contidas, esperamos contribuir nessas escolhas!

As Autoras

O Olhar para a fome no Brasil nos governos Lula e Bolsonaro

O Governo Lula

O Brasil, país de dimensões continentais e inumeráveis riquezas naturais, tem suficientes recursos para se tornar uma das grandes potências mundiais. Contudo, passados mais de quinhentos anos da sua colonização pelos portugueses, figura entre as nações mais desiguais da terra, demonstrando no decorrer de sua história, que nunca foi a prioridade dos donos do poder promover de forma igualitária qualidade de vida para sua população, assegurando direitos sociais básicos necessários para o bem estar geral, embora em sua história republicana, os diversos governos, tenham priorizado metas de desenvolvimento e traçado políticas para seu alcance.

Se olharmos a história mais recente, os últimos quarenta anos, recém-saído de uma ditadura militar, o Brasil promulgou sua Constituição Federal em 1988, e teve a primeira eleição direta pós esse período de exceção em 1989, quando a população elegeu Fernando Collor de Mello, filho de família ilustre com poder político no estado de Alagoas, deixou o cargo de governador daquele estado para concorrer na eleição presidencial. Seu principal oponente na disputa eleitoral foi o metalúrgico e líder sindical Luis Inácio Lula da Silva, que perdeu a eleição no segundo turno. Em consequência de denúncias de corrupção Fernando Collor sofreu um processo de impeachment em 1992, assumindo então a presidência, o seu vice, Itamar Franco.

Em seu curto governo, foram apenas dois anos, Itamar Franco exerceu uma gestão democrática com a participação dos vários partidos políticos e abriu o diálogo com as principais lideranças da sociedade civil. Estimulou as políticas sociais, por entender que o Brasil precisava se afirmar enquanto nação e para tanto era essencial o enfrentamento das questões sociais, dada a grande desigualdade social vigente. Nesse contexto, o Partido dos Trabalhadores (PT) se posicionou como oposição propositiva, tendo Lula à frente de sua liderança (SALLUM JR, 2021).

Uma grave questão social, que nesse período apresentava indicadores alarmantes, era a fome, decorrente da pobreza extrema, demonstrada por um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea),

o qual revelou que 32 milhões de brasileiros e brasileiras viviam nessa condição (Peliano, 1993). Foi justamente no combate à fome que Itamar Franco reforçou a participação da sociedade civil, fortaleceu a articulação com as organizações sociais e lhes deu voz, ao criar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) com representação majoritária da sociedade civil (SALLUM JR, 2021).

Em 1994, Lula entra pela segunda vez na disputa eleitoral pela presidência do Brasil, dessa feita, a população elegeu Fernando Henrique Cardoso (FHC), então senador da república e ministro da Fazenda no final do governo Itamar Franco. Fernando Henrique foi presidente por dois mandatos consecutivos no período de 1995 a 2002, vencendo a disputa eleitoral de 1998 tendo novamente Lula como oponente. Conforme Draibe (2003), a política social do governo FHC, além do enfrentamento à pobreza, o que contemplou programas de transferências monetárias, a exemplo do Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, considerados programas focalizados, contemplou a educação e a saúde enquanto programas universais. Contudo, no tocante à questão da fome, compreendida como decorrente da pobreza, era enfrentada no conjunto dos programas sociais, sem a especificidade dada à mesma no governo de Itamar Franco. Provavelmente, dessa forma de tratar a questão, decorreu a extinção do Consea no governo FHC.

Em 1º de janeiro de 2003 Fernando Henrique Cardoso passou a faixa presidencial para Luís Inácio Lula da Silva, que finalmente, em sua quarta candidatura à presidência ganhou a maioria dos votos do eleitorado brasileiro no segundo turno das eleições, sendo seu oponente José Serra, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Lula venceu em todos os Estados brasileiros, exceto em Alagoas. Sua posse foi marcada pela festa do povo nas ruas, milhares de pessoas lotaram a esplanada dos ministérios em Brasília e os arredores do Congresso Nacional em uma grande festa popular. Corações e mentes emprenhados de esperança em dias melhores que estariam por vir, acenados no discurso de posse, do qual destacamos:

“E quero propor isso a vocês: amanhã, estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país. É o primeiro dia de combate à fome. E tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa, todo santo dia, tomar café, almoçar

e jantar, porque isso não está escrito no meu programa. Isso está escrito na Constituição brasileira, está escrito na Bíblia e está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. E isso nós vamos fazer juntos.” (Silva, 2003).

Com essa breve recapitulação, nosso intuito foi enfatizar a constância de Lula, que em plena ditadura, tornou-se um líder sindical conhecido nacionalmente por suas lutas e defesa da classe trabalhadora, e após a volta à normalidade, se empenha em disputar a presidência do Brasil, por sua convicção de que poderia contribuir para construir um país melhor, demonstrada pelo seu empenho nas campanhas eleitorais, participou e perdeu em três ocasiões, mas não desistiu e finalmente na quarta candidatura foi eleito. Suas principais credenciais, eram conhecer a fundo os problemas que afligem o povo brasileiro, por vivenciar esses problemas, dada sua origem, nordestino pobre que ainda criança migra com sua família para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Em sua trajetória, foi vendedor de frutas na rua, engraxate; queria ser jogador de futebol, mas virou metalúrgico, virou líder sindical, foi preso por reivindicar trabalho digno e liberdade. Formado nas ruas, conhece o povo, viveu com o povo, conhece bem suas necessidades, suas lutas. Sabe de sua fome, fome de comida, de educação, de saúde, de justiça social.

Lula nasceu em 1945 no agreste pernambucano, sua família, semelhante a maioria das famílias nordestinas pobres naquela época, era grande, tinha sete irmãos. Era então o fim da Era Vargas, o que deu início ao período denominado pelos estudiosos como Quarta República Brasileira, que se encerraria em 1964 com o golpe militar. As grandes desigualdades, injustiças sociais e o ambiente inóspito que resultam nas condições de vida sub-humanas enfrentadas pelos nordestinos foram retratadas realisticamente no auto de natal regional “Morte e Vida Severina” publicado em 1955 por João Cabral de Melo Neto:

“E se somos severinos, iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte que se morre, de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, e de fome um pouco por dia.”

Para fugir dessa dura realidade, milhares de famílias nordestinas migravam para o sudeste, principalmente para o Rio de Janeiro e São Paulo, assim como a família de Lula. O imaginário brasileiro associa o Nordeste à miséria e atraso, enquanto o desenvolvimento econômico e consequentes repercussões em vida mais digna estaria no Sudeste, tal imagem, era vantajosa para as elites nordestinas (agrárias) e paulistas (industriais). Esse fenômeno é objeto de vários estudos, alguns dos quais o analisam sob a ótica da reprodução do capital (Oliveira, 2001). Dessa perspectiva, o que se observa no Brasil é a reprodução de forma contínua do ciclo de pobreza nordestino: má alimentação, subempregos, baixa renda, más condições de saúde e baixo nível educacional.

Em 1984, tal realidade, passados quase trinta anos entre a poesia de João Cabral de Melo Neto, não havia mudado muito, apesar do Brasil nesse período ter atingido melhores indicadores tanto econômicos, quanto sociais. Contudo, a enorme desigualdade continua a demarcar dois brasis, os migrantes do lado pobre são assim retratados por Chico Buarque na música Brejo da Cruz:

[...] mas há milhões desses seres
que se disfarçam tão bem
que ninguém pergunta
de onde essa gente vem
são jardineiros,
guardas noturnos, casais
são passageiros
bombeiros e babás
...
São faxineiros
Balançam nas construções
São bilheteiros
Baleiros e garçons
Já nem se lembram
Que existe um Brejo da Cruz
Que eram crianças
E que comiam luz

Torneiro mecânico formado pelo Serviço Nacional da Indústria (Senai), essa a profissão de Lula, empregado inicialmente em pequenas empresas metalúrgicas paulistas, foi admitido em 1966 na Industrial Villares, uma gigante do ramo metalúrgico em São Bernardo do Campo, onde trabalhou até 1981 (Morais, 2021).

De acordo com Moraes (2021), inicialmente Lula participava dos movimentos grevistas, porém ainda não tinha desperta sua consciência política, que apenas a partir de 1968 com sua entrada para o movimento sindical passaria a ser forjada pela vivência sindicalista, o levando em pouco tempo a ser reconhecido como o grande líder sindical que se tornou.

Ao assumir a presidência do Brasil, uma prioridade era clara, o combate à fome, bandeira de luta da campanha eleitoral. Medidas imediatas foram tomadas, uma das primeiras foi a (ré) criação do Consea, trazendo novamente para a cena pública, de modo oficial, a sociedade civil como parceira, dado ser essa majoritária no Conselho que atua como órgão de assessoramento ao presidente da República; lança o Programa Fome Zero, (PFZ), considerado carro chefe da política social dessa primeira gestão (uma próxima se seguiria, em 2007) a proposta do programa foi elaborada em 2001 pelo Instituto da Cidadania, do qual Lula era conselheiro (Belik; Del Grossi, 2003). Posteriormente compreendido como estratégia de combate à fome e promoção de segurança alimentar e nutricional (SAN), a qual englobava não só a questão específica da fome, mas a necessidade de articulação com outras políticas públicas no seu combate, inovando assim, na ênfase à intersectorialidade entre as diversas políticas sociais, compreendendo a questão da fome, para além das causas imediatas, mas sim sua determinação social, profundamente intrínseca ao modelo desenvolvimentista brasileiro, causador das grandes iniquidades e exclusão da maior parte da população dos benefícios advindos desse desenvolvimento. A fome, é dessa forma, compreendida como expressão da iniquidade social e das relações sociais estruturalmente desiguais.

Dessa forma, pela primeira vez no Brasil, um programa de combate à fome, a princípio focalizado, trazia de forma consistente, medidas estruturais e interfaces claras com outras políticas sociais, ou seja, indo além das políticas assistencialistas historicamente implantadas pelo Estado brasileiro no enfrentamento da fome e dando um caráter de política de Estado ao combate à fome e à miséria, estabelecendo, durante as duas gestões de Lula como presidente, os marcos legais e institucionais da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), demonstrando a compreensão do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA) enquanto direito humano e dever do Estado.

Este avanço na compreensão e forma de tratar o problema, resultou no planejamento de alguns programas com vistas à produção e acesso aos alimentos, revisão e modificação de outros já existentes e instituição em 2006 do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), cuja estrutura básica assim se constitui: Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional; Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan); Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Essa estrutura, para bom funcionamento e articulação do sistema deve se organizar nos níveis nacional, estadual e municipal. Como se vê, isso representa sérios desafios, pois requer novas institucionalidades na máquina administrativa, para citar um destes obstáculos. Isto demonstra a necessidade da continuidade de esforços por diversas gestões no caminho da estruturação e consolidação do SISAN.

Como forma de dimensionar tal desafio, nos remetamos ao Sistema Único de Saúde (SUS), sistema público implantado para cumprir o direito humano à saúde, o qual vem se estruturando desde o início dos anos 1990. Atualmente existe em todo o território brasileiro uma ampla rede assistencial com unidades básicas de saúde na atenção primária, hospitais e clínicas na atenção secundária e terciária, mesmo assim, ainda são grandes os desafios para a realização do direito à saúde de forma universal e equânime, revelando a complexidade das questões financeiras e institucionais na consolidação de um sistema de proteção social.

O Sisan representou um enorme avanço institucional no avanço da realização do DHANA, assim como alguns marcos legais fundamentais alcançados no período Lula, 2003-2010, a exemplo da Lei nº 11.346/2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Decreto 7.272/10 que instituiu a PNSAN, Emenda Constitucional nº 66/2010 que incluiu no artigo 6º da Constituição Federal a alimentação como direito social.

Durante o período Lula, o Brasil se tornou uma referência mundial no campo da segurança alimentar e nutricional, o avanço nesse período repercutiu na saída do país do Mapa da Fome. Em 2014, o relatório da FAO-ONU que utiliza o indicador prevalência de subalimentação para avaliar a fome em nível global,

informou que o Brasil tinha atingido o nível em que se considera um país livre da fome (menor que 5%). O relatório apontou como causas deste avanço no Brasil o aumento da oferta de alimentos, da renda, decorrente da melhoria do nível de emprego e crescimento real do salário mínimo, o Programa Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação do Escolar, a governança e participação da sociedade, sobretudo por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (FAO, 2014).

Governo Bolsonaro

Em 1º de janeiro de 2019, tomou posse como presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro. Nascido em Campinas- São Paulo em 21 de março de 1955. Descendente de imigrantes italianos. Aos 18 anos, Jair Messias Bolsonaro entrou para escola de cadetes, em São Paulo, logo depois foi para o Rio de Janeiro. Atuou como militar no Rio de Janeiro e em Mato Grosso do Sul, como capitão do exército brasileiro entre os anos de 1979 e 1981. Em sua vida militar realizou diversos cursos: Formação de oficiais, Academia Militar das Agulhas Negras, Paraquedismo militar, Educação física Mestre em saltos, Mergulho autônomo, Aperfeiçoamento de oficiais (Brasil, 2021).

Nos anos 1970 vivia-se no Brasil os chamados “anos de chumbo”, época de maior repressão e patrulhamento ideológico, sendo então o chefe da ditadura militar Emílio Garrastazu Médici. Esse período foi assim retratado na canção Roda Viva de Chico Buarque:

“Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino pra lá.”

Foi nesse contexto social que Jair Bolsonaro, em 1973, então com 18 anos de idade, entrou para o exército brasileiro e seguiu carreira como militar até o final dos anos 1980, quando inicia sua carreira política como vereador da cidade do Rio de Janeiro em 1989. Desde 1991 até 2019 exerceu sete mandatos

como deputado federal pelo Rio de Janeiro e em 2018 foi eleito presidente do Brasil, no segundo turno das eleições, obtendo 55,13% dos votos.

Em sua trajetória política filiou-se à vários partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de 2003 à 2005; Partido da Frente Liberal (PFL) em 2005; Partido Progressista (PP) de 2005 à 2016; Partido Social Cristão (PSC) de 2016 à 2018; Partido Social Liberal (PSL) em 2018, nestes partidos defendeu pautas ligadas aos militares e à segurança pública, das mais de cem proposições de projetos apresentadas durante todo este tempo, somente dois únicos projetos foram aprovados, estes foram inclusive fora do segmento militar (BRASIL, 2022).

Em sua atuação parlamentar tem como bandeira de luta a defesa dos direitos dos militares, defende a posse de arma de fogo para cidadão sem antecedentes criminais e a redução da maioria penal (Brasil, 2021). Com esse perfil, sua eleição como presidente é representativa do avanço da extrema direita no país.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostram que Bolsonaro destacou-se na defesa dos valores cristãos e da família (Brasil, 2021). Contudo, é reconhecido por suas falas polêmicas de cunho machista, racista, homofóbico, e por criminalizar os movimentos sociais (ANTUNES, 2021; LIMA, 2021). Construiu, sobretudo nas redes sociais, uma imagem de homem firme, conservador, com ideias contra o sistema e em favor dos princípios da igreja; antes e durante a campanha eleitoral de 2018, explorou de forma inusitada as redes sociais como *WhatsApp*, *Facebook*, *Telegram*, *Instagram* e *Twitter* para tornar-se visível e disseminar suas ideias. Como sabemos, a mídia ajuda na formação da opinião pública, por ela, os modos e as modulações de ver, de ouvir, de perceber são mediados pelas experiências sociais, culturais e econômicas (LIMA, p. 179, 2021).

Ao tomar posse em 1º de janeiro de 2019, entre as medidas tomadas como início de seu governo, estava a extinção do CONSEA nacional, dando assim o tom com que a questão da segurança alimentar e nutricional seria tratada em seu governo. Da extinção desse órgão de assessoramento, decorre, entre outras perdas, a interrupção no processo de consolidação do Sisan, então em expansão. O Consea foi extinto por meio da Medida Provisória 870/2019, e em setembro do mesmo ano, o veto presidencial foi confirmado pelo Congresso Nacional, dando bem a medida da relegação da questão no governo Bolsonaro.

É bem verdade que o retrocesso nessa e em outras políticas sociais já estava em curso, sendo um marco disto a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, aprovada durante o governo de Michel Temer, que congelou por vinte anos os gastos com as políticas sociais (Brasil, 2016). Contudo, a abordagem dada à questão pelo governo Bolsonaro foi decisiva para o recuo dos indicadores da segurança alimentar e nutricional. Pesquisas revelam que nos últimos anos a insegurança alimentar e nutricional voltou a crescer em consequência dos retrocessos nas políticas sociais de modo geral (IBGE, 2018; PENSSAN, 2022). Como já tratado anteriormente, a segurança alimentar não depende somente de políticas específicas, mas de um conjunto de programas intersetoriais. Dessa forma o retrocesso nas políticas de saúde, educação e assistência social, por exemplo, repercutem na segurança alimentar da população.

A clara opção do governo Bolsonaro pelo agronegócio, segmento do qual recebeu importante apoio no processo eleitoral, repercute em medidas tais como a flexibilização na regulação dos agrotóxicos, desmonte das políticas ambientais, ênfase em medidas que favorecem ações dos grandes produtores contra os movimentos populares (armando e dando segurança jurídica), o que no contexto globalizado, expõe mais ainda o Brasil à pressão econômica e política dos países desenvolvidos (Tricontinental, 2021) e no contexto interno aumenta a violência no campo contra os povos tradicionais. Conforme o Relatório da Comissão Pastoral da Terra, em 2021 houve um aumento de 75% das mortes decorrentes de conflitos no campo (CPT, 2022). Neste contexto, avançam a exploração e degradação dos ecossistemas e se agrava a situação de fome e insegurança alimentar da população em geral.

O avanço do ultra neoliberalismo no governo Bolsonaro se concretiza nas contrarreformas que destroem os pilares da seguridade social integrada pela saúde, previdência e assistência social (Castilho e Lemos, 2021), caracterizando uma escolha consciente da necropolítica como a política oficial do seu governo. De acordo com Mbembe, citado por Castilho e Lemos (2021, p.271), esse conceito envolve “a expressão máxima do poder e da capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer [...]”.

Esse cenário caótico, foi agravado pela crise da saúde pública em 2020, decorrente da pandemia de Covid-19, quando em decorrência da postura

negacionista da Ciência pelo presidente, medidas sanitárias adequadas foram implantadas tardiamente, contribuindo para o grande número de óbitos que colocou o Brasil como segundo país com maior número de mortes, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022).

Mediante esse cenário de perdas expressivas e comprometimento dos avanços alcançados nos anos anteriores em relação ao combate à pobreza e à desigualdade, é provável que a situação de insegurança alimentar e nutricional identificada pelas pesquisas se mantenha, e seu prolongamento repercutirá no agravamento da fome e na desnutrição, que atinge grupos sociais mais vulneráveis e entre estes, preferencialmente, os grupo etários como as crianças e os idosos.

Referências

ANTUNES, M. P. Polêmicas discursivas: as perguntas a Jair Bolsonaro no Roda viva. **Macabéa** - Revista Eletrônica do Netlli, v. 10, n. 3, p. 100-118, 2021. Disponível em:

<<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/3246>>. Acesso em 27 de mai. de 2022.

BELIK, W. DEL GROSSI, M. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais no Brasil. Texto preparado para o painel “Políticas de Combate à Pobreza: Segurança Alimentar, Nutrição, Renda Mínima e Ganhos de Produtividade na Agricultura” realizado no dia 30 de julho de 2003 no XLI Congresso da SOBER em Juiz de Fora. Disponível em:

<http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=14122>. Acesso em: 01/10/2019.

BRASIL. **Biblioteca da Presidência da República**. Biografia do presidente.

Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente> Acesso em: 05/06/2022.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Jair Bolsonaro: biografia. 2022. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>>. Acesso em 27 de mai. de 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 31 ago 2021.

BRASÍLIO, S. Jr. O governo Itamar e a democracia de 1988. **sociol. antropol.** Rio de Janeiro, v.11.01: 279–303, jan.–abr., 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sant/a/6myNQV64TbN7cqWntYkPBwH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01/06/2022.

CASTILHO, D.R. LEMOS, E.L.S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **R. Katál.**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 06/06/2022.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Assesoría de Comunicación**. La Comisión Pastoral de la Tierra divulga el informe sobre los conflictos en el campo en Brasil en 2021. Disponível em:

https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/6002/TRADUC%CC%A7A%CC%83O%20CRI%2021_04_2022%20RELATORIO%20CPT%202021.pdf. Acesso em: 06/06/2022.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo soc.** 15 (2) Nov, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/GBKWMqJqgmbVQXMyYVGpQNh/?lang=pt#>. Acesso em: 01/06/2022.

FAO, IFAD and WFP. 2014. **The State of Food Insecurity in the World 2014.** Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO.. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i4030e/i4030e.pdf>. Acesso em 13 de jun. de 2022.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LIMA, I. C. C. **A invenção do mito Jair Messias Bolsonaro e a construção da cidadania cristã-heteronormativa como retórica política.** 2021. Tese de doutorado, 251f.UFCG. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/18537/ISABELLY%20CRISTIANY%20CHAVES%20LIMA%20%e2%80%93%20TESE%20%28PPGCS%29%202021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 27 de mai. de 2022.

MORAIS, F. **LULA – Biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, vol. 1, 2021.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PELIANO, A. M. T. (coord.). **Mapa da fome.** Brasília: Ipea, 1993.

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil** [livro eletrônico]. II Vigisan: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

SALLUM JR, Brasília. O governo Itamar e a democracia de 1988. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, p. 279-303, 2021.

SILVA, L.I.L. Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a cerimônia de posse. Parlatório do Palácio do Planalto, 01 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronun-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-solene-de-posse-no-cn.pdf/view>.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** 12ª ed. (1973). São Paulo: Brasiliense, 1990. 152 p.

TRICONTINENTAL. Brasil – **O avanço do agronegócio sob o governo Bolsonaro.** Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-avanco-do-agronegocio-sob-o-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 06/06/2022.

OMS. **Painel da OMS sobre o coronavírus (Covid-19)**. OMS, 2022.
Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em 09/06/2022.